

"À margem da carta"

Walnice Nogueira Galvão

[Teresa] Na ‘apresentação’ de *Prezado senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas* [Companhia das Letras, 2000], as organizadoras do livro, Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib, lançam um sinal de alerta: o correio eletrônico, “ao que tudo indica, fará cair em desuso a carta”...

[Walnice] Alguém escreve cartas hoje em dia? Para mim, deixaram de escrever. Eu também parei de escrever cartas. A carta sumiu, coincidindo com o advento do computador doméstico.

Por outro lado, já começamos a observar o aparecimento de número expressivo de estudos dedicados à carta.

Trata-se de duas faces do mesmo fenômeno. A disseminação do computador acabou com a carta e, na hora em que a matou, descobriram que era um objeto precioso. É a mesma origem, em minha opinião, da crítica genética: o estudo dos processos de criação nos manuscritos só apareceu quando o computador obsoletoizou o rascunho, que então se tornou uma coisa preciosa também. A crítica genética nasce junto com esse renovado interesse pela carta. Com a popularização do PC, do correio eletrônico, ninguém mais escreve cartas. Então, todo mundo botou a mão na cabeça, dizendo: “Meu Deus, que preciosidade! Desapareceu! Vamos estudar!” É bem materialista minha explicação.

O *e-mail* surgiu como sucedâneo da carta, não acha?

O *e-mail* é um embrião de carta, vamos dizer assim. Como o suporte é outro, mudou tudo: a linguagem do *e-mail* não é a linguagem da carta, embora seja um resquício dela. É algo mais parecido com o telegrama ou com a taquigrafia, por causa das abreviaturas que você usa, dispensando maiúsculas, pontuação etc. Mesmo o nome do destinatário desapareceu, vindo agora escrito no cabeçalho eletrônico. Seria interessante refletir um pouco sobre os vestígios da carta no *e-mail*, pensando, por exemplo, como a materialidade, o suporte, afetou a linguagem epistolar.

No *e-mail* há o imediatismo, a força do pragmático.

Sem dúvida, esse é um outro elemento que conta. Vou recuar um pouco no tempo. No século XIX e mesmo no início do XX, as pessoas faziam rascunho das cartas, que eram escritas à mão, caprichando na letra. A máquina de escrever só foi inventada no final do século XIX. Bem antes do advento da caneta-tinteiro, como usavam canetas e tinteiros separados, era comum que houvesse borrões, porque a tinta respingava, favorecendo o tradicional “desculpe os erros e os borrões”, no final da carta. As pessoas escreviam rascunhos num livro, um livro-caixa encadernado, de grandes dimensões, chamado “Borrador”. Escreviam lá, porque podiam se arrepender, riscar, ler outra vez, modular a expressão etc. Depois passavam a carta a limpo, em papel de boa qualidade, papel de fibra de linho, com letra desenhada. Se houvesse borrão, jogavam fora a carta, faziam outra. E o original ficava preservado nesse livro, que se tornava um arquivo. Depois, a pessoa pegava uma régua, aplicava-a obliquamente sobre a página do livro, passava um risco da esquerda, embaixo, para a direita, na parte de cima; conforme o caso, escrevia a data em que enviou a carta e se houve resposta. O destinatário realizava o mesmo processo. Podemos compulsar Borradores como esses na biblioteca de José Mindlin. Nesse movimento, havia um tempo de espera, de reflexão, de cogitar sobre aquele assunto, de pensar naquela pessoa...

Walter Salles, em entrevista sobre o filme *Central do Brasil*, na *Folha de S. Paulo*, em 29 de março de 1998, também dizia: “A comunicação por carta tem um tempo próprio, uma extensão particular e uma reflexividade incompatíveis com meios de comunicação frios como o *e-mail*”.

Claro que o *e-mail*, na *internet*, facilitou muito a vida de toda a gente, sobretudo de quem escreve: não consigo me imaginar vivendo sem computador. Mas quando manuseio estes objetos únicos, cheios de aura, como dizia Walter Benjamin, quando pego uma carta de Euclides da Cunha, tenho pena de que a carta tenha desaparecido. Aquela letra maravilhosa... Euclides da Cunha tem uma letra que parece formiguinha, deste tamanho, às vezes só a lupa permite a decifração: mas é regular, é perfeita. É caligrafia, não é grafia...

Para a criação e para os estudos literários, quais as consequências (perdas e possibilidades) das transformações das comunicações hoje mediadas antes por *e-mail* que por cartas?

É isso que estamos discutindo... O que se perde é o estilo epistolar. Pense nas cartas da Madame de Sévigné, por exemplo. Ela faz parte da história da literatura só pelas cartas que escreveu, já que não deixou qualquer obra literária. Pertencia à corte de Luís XIV, a corte mais suntuosa que já houve na história, cheia de protocolos e rituais complexos. Sua filha, que ela amava perdidamente, casou-se e foi morar na província. Durante trinta anos, Madame de Sévigné escreveu cartas para a filha, contando como era a vida da nobreza, lançando mão do estilo adequado à corte de Luís XIV. Mulher inteligentíssima, era muito observadora. Escrevia alta literatura. Isso é estilo epistolar, em seu auge. Há um estilo epistolar, em que as pessoas não brincam quando estão escrevendo cartas, porque aquilo vai ficar documentado, pode ser lido por terceiros, não é como o *e-mail*.

Poderíamos pensar, particularmente, em uma nova geração de escritores, que fez do espaço do *e-mail* um lugar de debate e de criação.

A comunicação ficou muito mais fácil, mas, repito, perdeu-se o estilo epistolar. Mesmo como espaço de criação e de discussão de ideias, vejo um pouco mais de levianidade no *e-mail*. Os meus, mesmo, não levo tão a sério quanto eu levaria uma carta, porque não têm a ponderação da carta. O veículo material solicita a rapidez e a leveza. Você senta lá e... pronto! Sinto que é um meio que convida à levandade.

E não se guardam mais essas mensagens virtuais...

Não. Aquilo vai desaparecer.

Sabemos de escritores que imprimem e arquivam e-mails recebidos... como forma de preservar a vida da carta...

Qual é o tamanho da casa deles? [risos] Nesse caso, você regride do meio eletrônico mais avançado para o meio mais atrasado, que é o papel impresso. É até engraçado!

O mercado editorial abriu-se para a publicação de cartas de escritores, artistas, personalidades históricas e de cidadãos comuns, tanto quanto de antologias de cartas. Estamos vivendo um boom editorial da epistolografia?

Parece que sim, sempre relacionado ao aparecimento do computador e ao desaparecimento da carta. A carta morreu, vamos publicar as que existem...

Os estudos literários parecem cada vez mais interessados pela carta.

Carta, nesse caso, vista como “paratexto”, segundo a crítica genética...

Quer dizer, como elemento que contribui para a compreensão de aspectos da vida e da obra de um escritor?

Neste caso, sim. Contudo, é improvável que a carta possa ser considerada o próprio texto de criação, a não ser excepcionalmente. Embora aconteça, às vezes, de a carta tornar-se “prototexto”, como no caso da correspondência de Guimarães Rosa. Particularmente nas cartas em que discute a tradução de seus textos. Uso “prototexto” entre aspas, bem entendido. Explicando direito: as cartas dele para os tradutores são as mais extraordinárias que já vi. Rosa discute cada palavra, sugerindo soluções, melhores que as dos tradutores. Faz desenhos para explicar termos que usou em sua ficção. Desmancha palavras, em busca da etimologia. É difícil você traduzir fenômenos de vegetação (“o mato... aeiouava”), o barulho que a vegetação faz quando queima no sertão, ou o ruído de um tufo de capim sendo mordido por um cavalo. Complicado você explicar tudo isso a um italiano, a um alemão, a um norte-americano. Rosa desce até essas minúcias nas cartas. Aquilo é “prototexto”, mas prototexto *para criação em outra língua*. Ele não discute propriamente a criação dele, antes de escrever, de publicar o livro. Ainda bem que ele faz isso para a tradução, assim nos ajuda a compreender sua obra.

Como a correspondência de Guimarães Rosa tem colaborado para a compreensão da produção ficcional dele?

Já há hoje um bom acervo de cartas de Rosa, entre as quais aquelas trocadas com os tradutores de seus livros para o italiano, há tempos (Edoardo Bizzarri), e recentemente para o alemão (Curt Meyer-Clason). Para dar um exemplo: antes da publicação das cartas para o tradutor italiano, ninguém percebeu por que Rosa deu o nome de Moimeichego a um vaqueiro de “Cara-de-Bronze”. Explicou – olhe a molecagem do Guimarães Rosa! – que havia somado os pronomes de primeira pessoa em várias línguas, mas só na grafia, não na prosódia. Então, juntou *moi* (do francês), *me* (de várias línguas, um pronome indireto), *ich* (do alemão) e *ego*, que é do grego e do latim ao mesmo tempo. Rosa reuniu tudo e cunhou o nome da personagem Moimeichego, na prosódia brasileira da língua portuguesa. Se ele não tivesse contado isso em uma carta, e se essa carta não fosse divulgada, ninguém teria percebido... De exemplos como esse, sua correspondência está cheia. E são uma delícia.

E as cartas de Euclides da Cunha?

Euclides, diferentemente, é raro que discuta a escrita literária em sua correspondência. Debate política, história do Brasil: há bastante discussão política em suas cartas. Euclides, elegantemente, expõe sua opinião: percebe-se que ele fez rascunho das cartas, buscando a perfeição da linguagem. São bem interessantes, pois nelas encontramos dados preciosos para a compreensão da história e da política brasileiras.

Como foi a sua experiência de organizar, com Oswaldo Galotti, a *Correspondência de Euclides da Cunha* [Edusp, 1997]?

Foi por causa de Euclides da Cunha que cheguei ao estudo do gênero epistolar. Nunca tinha pensado em trabalhar com cartas. Isso aconteceu quando preparei a edição crítica d’*Os sertões*. Precisei das cartas dele, utilizando as já conhecidas e buscando outras. Encontrei *cem* cartas inéditas. Reuni, para a pesquisa, as já publicadas em livro, as dispersas em periódico (cerca de *cem*) e as inéditas que encontrei (outras *cem*). Finalizada a edição crítica d’*Os sertões*, diante daquele imenso material, pensei: “será que não valia a pena publicar essas cartas?” Até aquela data, existia a edição da Aguilar, bastante pobre. Meti a cara, passei sete

anos da minha vida nesse projeto que se configurou como sobra da edição crítica. Gostei muito deste trabalho. Peguei o costume e passei a gostar demais de cartas...

Como deveria ser hoje uma edição ideal de correspondência no Brasil?

Depende da correspondência. A meu ver, não há dúvida de que uma correspondência monumental como aquela de Mário de Andrade com Manuel Bandeira [Edusp/IEB, 2000] exige de modo pertinente um aparato filológico e um grande número de notas. Outras correspondências não. Alguns conjuntos de cartas pouco sofisticados não merecem tanto. É preciso um certo bom senso...

Já realizamos um debate mais aprofundado sobre a ética do pesquisador em face do texto de caráter privado e confidencial? Lembro que muitas das recentes edições suprimem trechos de cartas ou adulteram/apagam nomes de pessoas citadas pelos correspondentes.

Na edição das cartas de Euclides da Cunha, deparei-me com algumas que tinham trechos cortados a tesoura. Você vê onde a tesoura passou. É de chorar, não é?

Nesse caso a carta chegou até o pesquisador mutilada. E quando o organizador de uma correspondência é quem decide suprimir trechos e nomes?

Essa é uma questão delicada. Acho insuportável que suprimam alguma coisa. Entendo, entretanto, a motivação das pessoas que fazem isso, desejando preservar a privacidade, os nomes dos atores, coisas assim. Entendo, mas queria tanto ler aquilo... Noto uma mentalidade de *voyeur* no leitor de cartas, tanto quanto no estudioso de literatura, no crítico literário. A gente quer o segredinho, o diário íntimo, a carta, o trecho cortado, a gente quer os rascunhos das obras, a gente quer tudo...

Diante do atual interesse pela carta, não estaríamos diante de um conceito de literatura ampliado? O professor da UERJ João Cezar de Castro Rocha escreveu na resenha "De amantes, escritores, filósofos"¹, a propósito da publicação de *Prezado senhor*,

¹ Publicada no *Jornal da Tarde / Caderno de Sábado* (São Paulo, 28 de novembro de 2000) e em nova versão neste número de *Teresa*.

prezada senhora: “foi preciso [...] que o conceito de literatura conhecesse uma bem-vinda pluralização para que os ‘estudos sobre cartas’ adquirissem o direito de cidadania”. Vejo que o campo da literatura está se expandindo, que está abrangendo cada vez mais os paratextos e os prototextos. Penso que essa é uma tendência, sem a menor dúvida. Tudo isso é muito instigante. Mas tenho a impressão de que os críticos literários sempre gostaram da *petite histoire*, mesmo antes dessa voga atual. Sempre gostaram de espiar, pelo buraco da fechadura, a intimidade dos autores que estudam.

Estamos, então, modificando o próprio objeto do estudo da literatura?

A exemplo da carta, o rascunho tampouco entrava no campo das indagações da teoria e da crítica literária. A primeira versão, a segunda versão, a terceira, nada disso interessava. Contava apenas a obra pronta como a última vontade do autor. Antes disso, não valia, mas agora está valendo, com a crítica genética.

E o romance epistolar?

Um dos maiores romances que já se escreveu na história da humanidade é *Ligações perigosas*, de Laclos, inteiramente construído em forma de cartas. É uma maravilha: mas em português do Brasil, nós não temos nenhum grande romance epistolar.

Talvez se pudesse reler ainda hoje a *Correspondência de uma estação de cura*, de João do Rio...

É, mas é menor, embora seja bem interessante: esteticamente, não chega nem aos pés do *Ligações perigosas*. Não sei, mas parece que aqui no Brasil não foi muito longe o romance epistolar...

O que teria faltado para o romance epistolar brasileiro? Assunto ou técnica?

Provavelmente técnica, porque de assunto o mundo está cheio, em qualquer canto.

Retomemos ainda um pouco mais a questão da “ética” ligada aos estudos da carta...

Talvez meu interesse pelo assunto seja menos intenso que pela questão estética. Nesta fase de revalorização da carta, abrir os arquivos e forçar a publicação de muitas delas está sendo um problema. Os herdeiros dos escritores nem sempre

autorizam a publicação de cartas. Sei de muitos casos de herdeiros que impedem a publicação delas e você nunca consegue saber direito se é por ética ou se é por dinheiro. Querem uma compensação monetária, mas levantam a bandeira da ética.

Em geral, usam a preservação da intimidade como justificativa.

A defesa da intimidade, sempre tão prezada, levanta, contudo, outra questão, que consiste em localizar a linha de divisão entre vida pública e vida privada. Afinal de contas, um escritor tem vida pública, é um homem público. O que é privado na vida dele?

A obra se tornou pública...

A obra se tornou pública, o escritor quis torná-la pública, está certo. Agora, e as cartas, elas fazem parte desta vida pública? Inicialmente não, elas se referem à esfera privada; mas, depois que os autores morrem? Depois que as cartas se tornam, assim, objetos de testemunho histórico? Sobre o autor, sobre a obra dele? Eu não sei, é complicado pensar estas coisas.

O livro *Prezado senhor, prezada senhora* abriu, pioneiramente, no Brasil, o debate sobre os estudos de epistolografia.

Isso nunca passou por minha cabeça nem pela de Nádia, porque não quisemos fazer nada que pretendesse ser “o primeiro livro”

Como foi a organização do livro?

Foi tão simples... Nádia havia pesquisado muitas cartas para fazer a biografia da Clarice [*Clarice, uma vida que se conta*, Ática, 1995] e na ocasião trabalhava com a correspondência entre Pedro II e a Condessa de Barral. Quanto a mim, acabara de publicar a correspondência de Euclides. Nós nos encontramos, por acaso, num congresso em Porto Alegre. Conversa vai, conversa vem, descobrimos uma vontade mútua de fazer um livro com estudos sobre cartas. A faísca saiu dessa conversa. Foi uma coisa extremamente simples; quer dizer, o ponto de partida foi simples.

Foi fácil convencer o editor?

Muito. Luís [Schwarcz], que tem uma cabeça muito aberta, topou na hora, não

houve a menor discussão. Mesmo não havendo nenhum precedente editorial nesse campo. As pessoas com quem nós falávamos para participar topavam imediatamente. Pedimos para um estudar as cartas do Marx, outro as de Freud, ainda outro as fesceninas de Pedro I; ou outras que eram temas complicados, que não diziam respeito a coisas literárias. Para mim mesma, reservei egoisticamente as de Proust e as de Joyce.

Encontramos no volume uma diversidade grande de temas.

Imensa! São quarenta pequenos ensaios de quarenta autores, sobre quarenta ou mais epistológrafos (aqui, sinto falta de um correlato português para o termo francês tão prático, *epistolier*).

E a repercussão do livro? A resenha de João Cezar de Castro Rocha já mencionada propôs uma análise muito original e sugestiva do livro, ao relacionar carta e estudos literários, desde o século XIX.

João Cezar faz um histórico dos estudos literários, lembrando que inicialmente eles se prendiam à ideia de nacionalidade. Portanto, tudo aquilo que não tinha a ver com nacionalidade não interessava, e é o caso da carta. Também mostra que, numa segunda fase, com as teorias formalistas do pós-guerra, ocorre o oposto, ou seja, surgem as teorias do primado do texto. Nesse momento, o texto é visto como autônomo e independente. Dessa perspectiva, carta também não interessa, porque não está dentro desse projeto unificador, ela é extratexto. João Cezar diz, então, que já estava na hora de estourar estes dois moldes e reconhecer a importância da carta, não propriamente para reconhecer-lhe o valor, mas no sentido de identificar uma certa literariedade que a carta pode ter, ou não, mas que a maioria das cartas tem.

O pressuposto de uma “literariedade” ampliada já podia ser observado na “função poética” de Roman Jakobson [*Linguística e comunicação*, Cultrix, 1969; 18ª ed., 2001]. Jakobson localiza a “função poética” em outros lugares, além do texto literário: até em slogan de publicidade. Embora ele não mencione a carta, após ler o ensaio “Linguística e poética” desfrutamos de alguma forma licença para trabalhar com a carta nos estudos literários.

No entanto, a carta ainda tem pouco espaço nos cursos de graduação em Letras. Sabe que Antonio Candido sempre foi um grande leitor de cartas? Andou lendo muita carta para escrever a *Formação da literatura brasileira*. Estudou também as cartas do soldadinho da Guerra do Paraguai, “As cartas do voluntário” (1958), num de seus primeiros livros, *O observador literário*. Deve ser um dos trabalhos pioneiros de análise de correspondência, entre nós.

Nos cursos de Letras, ainda se vê a carta como “material auxiliar”, nunca como texto literário, talvez porque não se tenha ainda um instrumental interpretativo adequado para estudá-la.

Marcos, é gente como você que está criando o instrumental.

Não dá para analisar a carta lançando mão de termos como “foco narrativo”, “tipologia de personagens”, “espaço”, “tempo”...

As cartas da Madame de Sévigné têm foco narrativo, têm personagens, têm tudo isso, viu, vai lá que tem... [risos] Depende da carta, depende do epistológrafo.

Manuel Bandeira também, dirigindo-se, em carta, a Mário de Andrade, compara a correspondência do modernismo a um romance, nos moldes do *Contraponto* do Huxley e do *Manhattan transfer* do John Dos Passos.

São romances de vanguarda, ou vanguardistas, vamos dizer assim. Resumindo a problemática tratada até aqui: nós ainda não temos uma teoria da carta, precisamos acumular mais cartas e acumular mais estudos sobre cartas, para chegar a uma teoria.

Quer dizer que ainda não temos elementos para construir uma história da carta no Brasil?

Penso que ainda não, mas quase.

Por onde começar?

Lendo cartas, muitas, o máximo possível!

Num país como o nosso, que preserva tão poucos documentos?

Não acho que se preserve pouca documentação: isso é uma afirmação dos

reacionários. Temos a mania de dizer que brasileiro não tem memória, que não preserva documentos. Pois tem memória, preserva documentos, preocupa-se com isso... Lembre dos importantes centros de documentação que existem: Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB), Casa de Rui Barbosa, CPDOC, os centros da Unicamp como o Arquivo Edgar Leuenroth e outros, etc., etc., etc., e inúmeros mais. De uns trinta anos para cá assistimos ao nascimento de um propósito nesse sentido, que já está dando frutos – você, Marcos, sabe muito bem disso. Lembremos o grande projeto de Weffort de copiar todos os papéis que diziam respeito ao Brasil nos arquivos estrangeiros como a Torre do Tombo, Companhia das Índias em Sevilha, acervos do movimento operário na Holanda e na Itália, e outros; e que foi realizado. E hoje em dia há cópia desses papéis em todas as universidades brasileiras e nas instituições de pesquisa. Não é pouco, é uma nova mentalidade, e funciona muito bem. O que acontece, a meu ver, é que como nisso nada há de sensacionalista que interesse à mídia (a mídia, que é muito reacionária, não gosta de coisas positivas, ela gosta de ser apocalíptica e dobrar os sinos), não tem divulgação – e essa mesma mídia insiste em repisar que brasileiro não tem memória, não preserva documentos etc. É apenas ignorância, e talvez má fé.

Quais as personalidades, escritores e intelectuais brasileiros, do século XIX para cá, que merecem ter a correspondência visitada?

Todos: em minha opinião, todos. Você só pode dizer que uma certa correspondência não é valiosa depois de ler o material. Então, tem que visitar todos.

Como seria uma história da carta no Brasil?

Eu tomaria como modelo as histórias das cartas que há em outros países, que têm uma tradição, que não começaram tão recentemente quanto 1500. Veria como é que eles fazem sua própria história das cartas. Um problema, para começar? O Brasil ainda não existia quando os missionários jesuítas como Manuel da Nóbrega, entre outros, escreveram suas maravilhosas cartas. Você consideraria que essa documentação interessa para a história da carta no Brasil? Não era Brasil ainda, só vai ser Brasil muito mais tarde. Para incluir a carta de Pero Vaz de Caminha, talvez seja necessário instituir uma pré-história, ou coisa assim. Não seria melhor começar essa história da carta no Brasil pelas *Cartas chilenas*? Talvez...

Estamos diante de um impasse: o parâmetro para definir o que é carta brasileira...
Não é uma história da carta *no Brasil*? Então, como é que será definido o que é “no Brasil”?

É, de certo modo, o mesmo problema que a historiografia literária teve sempre que enfrentar.

Claro!

Uma história da carta teria também que discutir usos linguísticos, retórica...

E o suporte material... tem que discutir tudo! Os índios tinham cartas? Eles não escreviam, era uma civilização ágrafa; mas eles mandavam mensagens faladas para outros? Provavelmente mandavam.

Também não se poderá deixar de lado a história dos Correios no Brasil, ou seja, das condições materiais de distribuição de mensagens.

As histórias das cartas de outros países fazem também a história do correio, da “posta”... A posta não era o correio, era a parada da diligência que transportava gente e carga, na forma de sacos com encomendas. Os cavalos tinham que ser trocados e eles eram trocados na posta. Era um posto de trocar cavalo. Assim começa a ser usada a palavra posta e depois, *posta restante*, *postal* e *poste* (do francês, aliás nome do Correio na França até hoje – há lá um interessantíssimo Musée de la Poste, que faz exposições notáveis) etc. Nesses enormes sacos de lona, onde iam as encomendas, a goiabada, o chapéu, iam também as cartas. Desse modo é que elas eram transportadas fisicamente de um lugar para outro. É preciso contar tudo isso na futura história da carta no Brasil. E mais: como é que a carta ia de um lado para outro? Olha o tamanho do país, aqui não é Portugal: Portugal é do tamanho de Sergipe. Como é que a carta circulava no Brasil?

Mais um assunto polêmico para nossa conversa: carta como documento “histórico”.

O problema é o limite... Quando é que a carta deixa de ser documento histórico e passa a ser construção literária? Como saber se a pessoa está inventando? Frequentemente está... Proust inventava à beça nas cartas, queixando-se tanto e de tantas doenças que dá para desconfiar se não seria uma invenção, uma forma de distanciamento...

Como propôs o Vincent Kaufmann, em *L'équivoque épistolaire (O equívoco epistolar)*...

Proust é meu escritor predileto, mas devo dizer que era um neurótico. A proposição do Kaufmann é instigante, pois todo mundo acha que a carta é comunicação e o estudioso francês diz que a carta serve não para reunir mas para afastar o outro. Proust escrevia para dizer “estou doente”, “não venha me visitar”, ou então, “não posso ir ao seu encontro”. Não ia a enterro de amigos íntimos, escrevia carta se desculpando... [risos] Retomando o assunto carta como documento: é preciso um trabalho mais sofisticado na análise de cartas, que não as vá aceitando como documento histórico por seu *face value*, como dizem os americanos... “Está escrito, então você pode aceitar...” Algumas cartas são mais documentos do que outras e o difícil está em você equilibrar esses dois pratos da balança, entre o que é documento e o que é invenção. Se há invenção, a invenção pode ser criação artística também.

E a carta utilizada na elaboração de biografias?

Críticos ingleses e norte-americanos que escrevem biografias de escritores sabem empregar muito bem as cartas. Richard Ellmann, autor da biografia de James Joyce (cuja correspondência editou, separadamente), fez um trabalho extraordinário. Amigo de Joyce, foi juntando cartas, bilhetinhos, pedaços de papéis do escritor, esboços literários; passou a vida acumulando material. E conheceu Joyce intimamente. Do mesmo modo, escreveu uma excelente biografia de Oscar Wilde, sabendo usar corretamente as cartas disponíveis. Lembro ainda de um norte-americano que montou uma “máquina” de escrever biografia, Jeffrey Meyers. Produziu textos biográficos de Fitzgerald, Hemingway e tantos outros. Acabou escrevendo um livro chamado *Como escrever biografias literárias*, um manual. Embora sejam boas biografias, são mais rasas do que as que produziu Richard Ellmann. No trabalho de produção desses textos, Ellmann mobiliza, entre tantos paratextos, toda a correspondência daquele autor, toda a correspondência de todos os amigos daquele autor, mesmo que não sejam dirigidas a ele; lê todos os diários íntimos de todos os amigos daquele autor... As cartas entram provavelmente como o material mais importante nas biografias dele, vistas sempre em uma rede: não bastam só as cartas do biografado, será preciso olhar as da mulher dele, do pai, da mãe, dos amigos, do colega de escola, de outros escritores com quem conviveu. É notável o

que esse biógrafo sabe fazer com a correspondência para construir uma biografia, que no seu caso é um trabalho modelar.

Edgard Cavalheiro, ao escrever a biografia de Monteiro Lobato, também lançou mão da correspondência do escritor.

Sim. Edgard Cavalheiro conhecia muito bem Lobato e a obra dele. Era amigo do escritor, tinha acesso a tudo, contando com a confiança dele. No entanto, no Brasil, é um caso um tanto excepcional. Não temos muitos outros exemplos como esse.

A produção de uma biografia de Mário de Andrade terá que considerar primordialmente a sua vasta correspondência e os problemas imanentes a ela, já que a carta apresenta a “verdade” do indivíduo em uma determinada situação, em face de um determinado interlocutor. “Tal carta, qual Mário?” seria uma equação preliminar...

Não se pode pensar na biografia de Mário sem as cartas. Certamente é o caso mais importante na história da literatura brasileira: beirando as 10 mil da correspondência ativa e outras 8 mil da passiva... Que sorte termos um escritor que escreveu tantas e tão importantes cartas para se poder montar uma biografia. Interessante pensar ainda que, no caso do Mário, seus artigos de jornal funcionavam como uma espécie de diário íntimo. As “séries” de estudos divulgados em jornal, tantas que publicou, talvez visassem a satisfazer o desejo autobiográfico do Mário de Andrade.

Pensando em termos de “carta e sociedade”, e levando em conta alguns artigos publicados neste número de *Teresa*, poderíamos propor a seguinte esquematização: no século XIX (as cartas de Machado de Assis) a carta possui um caráter mais pragmático, estabelecendo contatos sociais entre os escritores; durante o modernismo, esse caráter socializador da carta se alia a um projeto ideológico de nacionalidade, capaz também de incluir reflexões estéticas e confissões pessoais, como observamos na epistolografia de Mário de Andrade; por fim, nos anos 70 e 80, a carta é cada vez mais invadida pela literatura (cartas de Ana Cristina César, por exemplo), constituindo espaço de troca privada de impressões subjetivas e trabalhos literários, perdendo o caráter engajado, de projeto mais ou menos coletivo, que possuía no modernismo. Existiria, desse modo, um trajeto de “invasão” gradual da carta

pela literatura, que fala também do recuo da mesma como prática social mais difusa. Essa proposição tem consistência?

Penso que o método indutivo, nesse caso, não estaria funcionando direito: você pega um único exemplo e o transforma em generalidade. É preciso ter cuidado com isso... Ao mesmo tempo que, no século XIX, Machado de Assis escreveu essas cartas mais pessoais, nós temos as de Flaubert com discussões de estética literária de altíssimo nível. A variedade de discursos da carta é muito grande numa mesma época. No caso de Mário de Andrade, também não se pode generalizar e dizer que nessa época se fazia carta combativa, militante: *ele* fazia, e era único nisso, enquanto outros escreviam cartas de outras maneiras. No caso da Ana Cristina César, tampouco dá para generalizar. Na mesma época e no mesmo país e na mesma profissão de escritor muita gente está fazendo diversos tipos de cartas, diferentes uns dos outros. Quem sabe no futuro seja possível, com maior publicação de cartas, com mais pesquisa de arquivo e maior número de estudos de cartas: quem sabe, então, se possam estabelecer alguns parâmetros de classificação. Por enquanto não dá, mas estamos chegando perto.

E se for necessário dizer com maior precisão onde reside a importância da carta?

Conforme Lacan argumenta naquele texto que figura nos *Escritos* sobre “A carta roubada” (*The purloined letter*), de Edgar Allan Poe: a carta, mesmo escamoteada, é o fulcro do qual irradia todo o resto. É tão bom carta... Adoro cartas!

Walnice Nogueira Galvão é professora de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo.

[Entrevista realizada por Marcos Antonio de Moraes, em 22 de maio de 2007, com a colaboração e o suporte técnico de André da Costa Cabral. O diálogo incorporou questões propostas pelo Prof. Dr. Antonio Dimas e pelos pós-graduandos em Literatura Brasileira (FFLCH-USP) Bianca Ribeiro Manfrini, Ieda Lebensztayn e Paulo José da Silva Cunha]